REALIZAÇÃO

CADERNO DE PROVA

CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO – JURÍDICO

MEDIDAS INDIVIDUAIS DE PREVENÇÃO CONTRA COVID 19 DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA

a) Recomenda-se a utilização de máscara de proteção facial que cubra a boca e o nariz, bem como a higienização das mãos com álcool líquido ou gel de uso individual do próprio candidato;

b) Se tossir cubra o rosto *lave imediatamente as mãos ou higienize as mãos com álcool líquido ou gel de uso individual;*

c) O descarte da máscara de proteção, durante a aplicação da prova, deve ser feito pelo candidato de forma segura nas lixeiras;

d) Não será permitido utilizar o banheiro do local de aplicação após o término da prova e a saída definitiva da sala;

e) Ao final das provas, o candidato deverá se retirar imediatamente do local de provas, sob pena de eliminação do certame.

ANTES DE INICIAR A PROVA LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

✓ Você recebeu um Caderno de Provas contendo 40 (quarenta) questões objetivas com 04 (quatro) proposições cada, identificadas pelas letras A, B, C, e D, sendo apenas uma resposta **correto** de acordo com o enunciado e um Cartão Resposta personalizado para a Prova Objetiva;

✓ Você está autorizado (a) a usar caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente;

✓ É de sua inteira responsabilidade certificar-se de que os dados informados nos materiais por você recebido estão corretos;

✓ **Ao ser autorizado o início da prova, verifique se no caderno de provas a numeração das questões e a paginação estão corretas;**

✓ Você dispõe de 3 (três) horas para realizar a Prova Objetiva e somente poderá sair da sala depois de decorridos 1 (uma) hora do início da prova **sem levar consigo o caderno de provas**, e **com o caderno de provas,** faltando 30 (trinta) minutos para o encerramento;

✓ Ao terminar a prova escrita, você deverá entregar a prova, o cartão-resposta e assinar a lista de presença, caso não tenha assinado na entrada;

✓ Você deverá assinalar no **CARTÃO RESPOSTA** uma única alternativa que julgar correta e **sem rasuras**.

✓ O preenchimento do cartão deverá obedecer às instruções nele contidas, é responsabilidade do candidato o correto preenchimento do cartão-resposta, observe atentamente o número da questão antes de marcar, pois não haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA**, que é personalizado e único;

✓ Não é permitida a consulta aos apontamentos, livros, dicionários e uso de aparelhos eletrônicos;

✓ Será considerada nula a questão que tiver mais de uma alternativa assinalada, com rasuras ou que esteja em branco ou em desacordo com as instruções de preenchimento informadas no cartão resposta;

✓ Durante a prova, você **não** deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos;

✓ Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos;

✓ O gabarito das provas objetivas será divulgado no segundo dia útil subsequente a aplicação da prova e será fixado no placar da Câmara nos sites www.itame.com.br e www.camarapiresdorio.go.gov.br;

✓ Recursos contra itens do gabarito preliminar deverão ser interpostos na forma do regulamento;

✓ Qualquer informação sobre o concurso será fornecida pela Câmara, através da Comissão Especial de Concurso Público.

Leia o texto a seguir e responda as questões de 1 a 3.

1. Marque a alternativa que melhor expresse o efeito de humor presente no cartum.
(A) A linguagem usada pelos personagens é responsável pelo efeito de humor.
(B) A palavra "combustível" grifada em negrito é responsável pelo efeito de humor.
(C) A pergunta proferida por um dos personagens do cartum é responsável pelo efeito de humor.
(D) A expressão dos personagens ao olhar para cima associada à ideia de que os preços dos combustíveis estão altos é responsável pelo efeito de humor.

2. A linguagem usada no cartum pode ser considerada
(A) popular.
(B) arcaica.
(C) formal.
(D) culta.

3. Qual alternativa apresenta um termo cuja regra de acentuação é a mesma da palavra **combustível**?
(A) Hidráulico.
(B) Acadêmico.
(C) Dócil.
(D) Cortês.

Leia a crônica e responda as questões de 4 a 7.

O homem trocado

Luis Fernando Veríssimo

O homem acorda da anestesia e olha em volta. Ainda está na sala de recuperação. Há uma enfermeira do seu lado. Ele pergunta se foi tudo bem.
– Tudo perfeito - diz a enfermeira, sorrindo.
– Eu estava com medo desta operação...
– Por quê? Não havia risco nenhum.
– Comigo, sempre há risco. Minha vida tem sido uma série de enganos... E conta que os enganos começaram com seu nascimento.

Houve uma troca de bebês no berçário e ele foi criado até os dez anos por um casal de orientais, que nunca entenderam o fato de terem um filho claro com olhos redondos. Descoberto o erro, ele fora viver com seus verdadeiros pais. Ou com sua verdadeira mãe, pois o pai abandonara a mulher depois que esta não soubera explicar o nascimento de um bebê chinês.
– E o meu nome? Outro engano.
– Seu nome não é Lírio?
– Era para ser Lauro. Se enganaram no cartório e... Os enganos se sucediam.

Na escola, vivia recebendo castigo pelo que não fazia. Fizera o vestibular com sucesso, mas não conseguira entrar na universidade. O computador se enganara, seu nome não apareceu na lista.
– Há anos que a minha conta do telefone vem com cifras incríveis. No mês passado tive que pagar mais de R$ 3 mil.
– O senhor não faz chamadas interurbanas?
– Eu não tenho telefone!
Conhecera sua mulher por engano. Ela o confundira com outro. Não foram felizes.
– Por quê?
– Ela me enganava.

Fora preso por engano. Várias vezes. Recebia intimações para pagar dívidas que não fazia. Até tivera uma breve, louca alegria, quando ouvira o médico dizer: — O senhor está desenganado. Mas também fora um engano do médico. Não era tão grave assim. Uma simples apendicite.
– Se você diz que a operação foi bem...
A enfermeira parou de sorrir.
– Apendicite? —perguntou, hesitante.
– É. A operação era para tirar o apêndice.
– Não era para trocar de sexo?

4. No trecho "— O senhor está desenganado", retirado do último parágrafo do texto, a palavra "**desenganado**"
(A) possui um sentido único, uma vez que o médico estaria se referindo apenas a uma possível morte do homem.
(B) possui um sentido ambíguo, uma vez que pode significar "morte" ou ser compreendida como se o médico tivesse "desfeito os enganos" da vida do homem.
(C) possui um sentido único, uma vez que o homem ficou triste pela notícia de sua morte e acabou sofrendo um outro engano logo em seguida.

(D) possui um sentido ambíguo, uma vez que a palavra é usada de forma incorreta, fora de contexto e não segue as normas cultas da língua.

5. Quais são as marcas que evidenciam o uso do discurso direto em alguns trechos do texto?
(A) O uso de travessão, verbos de elocução e dois pontos.
(B) O uso de aspas, pontos de interrogação e vírgulas.
(C) O uso de travessão e ponto e vírgula.
(D)O uso de dois pontos e vírgulas.

6. Qual das orações abaixo pode ser classificada como coordenada sindética aditiva?
(A) "Fora preso por engano".
(B) "Ele fora viver com seus verdadeiros pais".
(C) "O homem acorda da anestesia e olha em volta".
(D) "Recebia intimações para pagar dívidas que não fazia".

7. Marque a alternativa em que os termos destacados são objeto indireto.
(A) "Fizera o vestibular **com sucesso**".
(B)"[...] seu nome não **apareceu na lista**".
(C) "Minha vida tem sido **uma série de enganos**".
(D) "[...] ele fora viver **com seus verdadeiros pais**"

Leia a tirinha e responda a questão 8.

8. Qual figura de linguagem é usada no último quadrinho?
(A) Personificação.
(B) Eufemismo.
(C) Metáfora.
(D) Antítese.

9. Marque a alternativa em que a crase está sendo usada corretamente.
(A) A água da torneira ficou pingando gota à gota durante o dia.
(B) O gerente agradeceu à todos os funcionários pela presença.
(C) Hoje fomos à padaria para comprar pães, bolos e café.
(D) Sabrina e Ricardo têm aversão à festas juninas e religiosas.

10. Considerando as regras de concordância verbal, marque a alternativa com os termos que preenchem corretamente a oração abaixo.
Já ____ décadas que eles não se encontram, mas sempre _____ o amor em segredo.
(A) Faz, manteve.
(B) Fazem, manter.
(C) Faz, mantiveram.
(D) Fazem, mantiveram.

11. Uma empresa vai dar um bônus por bom desempenho aos seus dois melhores representantes. O representante A receberá a quantia de $R\$\ 36.500{,}00$. Sabe-se que 30% do que o representante A receberá corresponde a 40% do que o representante B receberá pela premiação.
Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que:
(A) o representante B receberá $R\$\ 15.000{,}00$ a menos que o representante A.
(B) o valor total do bônus dada aos dois representantes foi superior a $R\$\ 63.500{,}00$.
(C) o representante A receberá R$ 10.000,00 a mais que o representante B.
(D) o representante B receberá uma quantia de $R\$\ 24.350{,}00$.

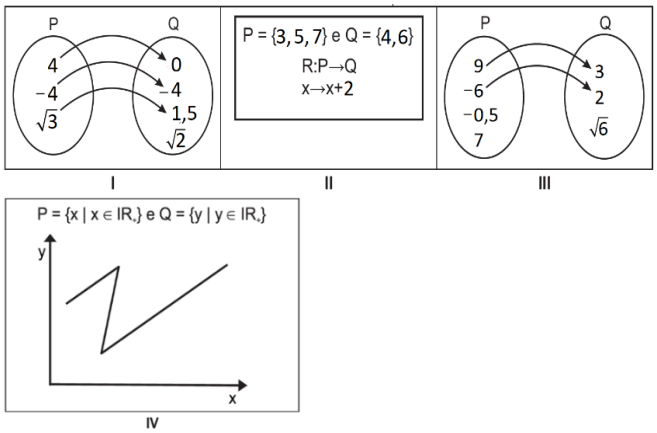
12. Um site solicita aos novos clientes a utilização de uma senha pessoal de oito dígitos para acessar à conta.
Considere que o cliente poderá utilizar as 26 letras do alfabeto e os algarismos de 0 a 9. Nesse sistema, cada uma das 26 letras maiúscula é considerada distinta de sua versão minúscula. Além disso, ficou proibido o uso de outros tipos de caracteres especiais a não ser * e – . E ficou definido que cada usuário poderia errar 4 vezes antes do sistema travar sua conta.
Qual a probabilidade de um hacker, não conhecedor de uma senha, acertar a mesma antes do sistema travar o acesso a conta?
(A) $\frac{8!}{64!}$.
(B) $\frac{8}{62^8}$.
(C) $\frac{2^{24}}{8}$.
(D) 2^{-46}.

13. O gerente de uma loja fez uma promoção relâmpago no final de semana para divulgar o seu estabelecimento. Ele baixou em 17% o preço de todos os produtos vendidos na loja. No final dessa promoção o gerente deverá aumentar, aproximadamente, em qual percentual o valor dos produtos para os preços

retornarem ao praticado antes da promoção relâmpago?
(A) 17 %
(B) 20,48 %
(C) 117 %
(D) 120,48 %

14. Uma fábrica funcionando em 4 turnos de mesmo período, initerruptamente, utiliza 27 colaboradores por turno para confeccionar 18600 kg do produto X em 5 dias. A justiça do trabalho determinou o fechamento de um dos turnos.
Considerando que essa fábrica recebeu um pedido de 26040 kg do produto X para entregar em 6 dias, quantos funcionários, no mínimo, a empresa deve colocar por turno para cumprir esse pedido?
(A) 168
(B) 136
(C) 56
(D) 42

15. Observe a seguir quatro relações entre conjuntos.



Qual dessas relações pode representar uma função de domínio P e contradomínio Q?
(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) IV.

16. Dos enunciados a seguir, qual não constitui hipótese de cassação dos direitos políticos?
(A) Condenação transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
(B) Tiver cônjuge ou parente exercendo mandato eletivo de prefeito no município onde o agente pretende ser candidato a vereador;
(C) Incapacidade civil absoluta;
(D) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

17. Sobre os partidos políticos, é correto afirmar:
(A) Levando-se em consideração a necessidade de obediência aos direitos fundamentais da pessoa humana, é permitida a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar;
(B) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tabelionato de Notas;
(C) Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tiverem elegido pelo menos trinta Deputados Federais distribuídos em pelo menos dois quintos das unidades da Federação.;
(D) Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários;

18. De acordo com o artigo 2º da Constituição Federal, "são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
Nesse linear, consideradas as regras impostas pela Constituição Federal, é correto afirmar que se trata de função atípica do Poder Legislativo:
(A) Exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Poder Executivo;
(B) Julgar o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, através do Senado Federal;
(C) Exercer a fiscalização do Município, mediante controle externo, na forma da lei;
(D) Editar atos normativos primários, que são aqueles cujo fundamento decorre diretamente da Constituição Federal, e que podem instituir direitos ou criar obrigações;

19. Sobre o mandado de segurança, é correto afirmar que:
(A) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça;
(B) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público;
(C) Poderá ser concedido mandado de segurança de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo;

(D) Equiparam-se às autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.

20. Considerando-se as regras de competência estabelecidas na Lei nº. 4.717/65, é incorreto dizer que é competente para conhecer da ação popular:
(A) Quando o pleito interessar simultaneamente à União e a qualquer outra pessoa ou entidade jurídica de direito público, será competente o juiz da justiça comum estadual;
(B) A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações, que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos;
(C) Quando o pleito interessar simultaneamente à União e a qualquer outra pessoa ou entidade, será competente o juiz das causas da União, se houver; quando interessar simultaneamente ao Estado e ao Município, será competente o juiz das causas do Estado, se houver;
(D)Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município;

21. Assinale a alternativa que está em desacordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº. 14.230/2021:
(A) Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
(B) Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos;
(C) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário;
(D) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação;

22. Conforme disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), além de atender ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, qual das seguintes alternativas não integra o rol de obrigações cuja Lei de diretrizes orçamentárias deverá dispor?
(A) Equilíbrio entre receitas e despesas;
(B) Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
(C) Condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
(D) Notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

23. Sobre a repartição das receitas tributárias previstas na Constituição Federal, é correto afirmar que pertencem aos municípios:
(A) Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III;
(B) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
(C) O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;
(D) Trinta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

24. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:
(A) Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão

física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
(B) Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
(C) Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
(D) propriedade de veículos automotores;

25. O Código de 2002 inicia, a partir do art. 1.225, a disciplinar os direitos reais sobre coisas alheias: propriedade fiduciária, superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador, penhor, hipoteca e anticrese. A Lei nº 11.481/2007 acrescentou a esse rol a concessão de uso especial para fins de moradia e a concessão de direito real de uso.
Nesses direitos reais, menos amplos que a propriedade, o titular fica privado de alguns dos poderes inerentes ao domínio. Basicamente, haverá dois titulares sobre a mesma coisa, cada com âmbito de atuação próprio e definido pela lei, na extensão de exercício do domínio.
Nesse contexto, é incorreto afirmar que:
(A) O proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis;
(B) A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis;
(C) O dono de uma servidão pode fazer todas as obras necessárias à sua conservação e uso, e, se a servidão pertencer a mais de um prédio, serão as despesas rateadas entre os respectivos donos;
(D) Quando o uso consistir no direito de habitar gratuitamente casa alheia, o titular deste direito poderá alugar, emprestar, além de simplesmente ocupá-la com sua família;

26. Ao despachar a inicial na ação de mandado de segurança, o juiz ordenará:
(A) Que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, preste as informações;
(B) que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica;
(C) Concederá medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza;
(D) que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste as informações;

27. Sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, a Constituição Federal dispõe:
(A) A preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais e o manejo ecológico das espécies e ecossistemas é incumbência privativa da sociedade, vedada a interferência do poder público;
(B) Incumbe ao poder público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
(C) A União, os Estados e o Distrito Federal somente poderão tomar alguma atitude tendente a controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente quando expressamente autorizado pela união e quando a população quedar-se inerte;
(D) A instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente independe de estudo prévio de impacto ambiental e também não será exigida a publicidade do ato;

28. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes.
Nesse linear, é correto afirmar que:
(A) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana é obrigatório somente para cidades que contarem com mais de cinquenta mil habitantes;
(B) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas em Lei Complementar Federal;

(C) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro;
(D) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte e cinco mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

29. De acordo com o art. 196 da Constituição Federal, "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Nesses termos, é correto afirmar que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com algumas diretrizes expressamente previstas na CF.
Considerando-se o enunciado acima, qual das seguintes alternativas integra o conjunto de diretrizes traçadas pela Constituição Federal?
(A) Centralização dos serviços de saúde a cago da União;
(B) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, afastada a prestação de serviços assistenciais;
(C) Prestação dos serviços de saúde unicamente pelos municípios sem qualquer participação da comunidade;
(D) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

30. Marque a alternativa incorreta:
(A) Considera-se peculato o ato de apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio;
(B) Concussão é o ato do funcionário público consistente em exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida;
(C) Se o funcionário público exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, estará praticando o crime de concussão;
(D) Nos termos do Código Penal Brasileiro, o ato do funcionário público solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem;

31. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Pires do Rio, Estado de Goiás, Resolução nº. 01/2010, a mesa da Câmara Municipal poderá ser destituída, no todo ou em parte, quando o(s) membro(s):
(A) proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro necessário para o exercício do cargo;
(B) ausentar-se do Município por mais de (05) cinco dias, ressalvados os casos de comunicação prévia e mediante licença.
(C) deixar de exercer as funções correspondentes ao cargo, durante dez sessões consecutivas, sem motivo justo;
(D) apresentar para o andamento regimental o orçamento da Câmara;

32. Dentre os atos a seguir descritos, qual deles não constitui competência do Presidente, nas atividades internas da Câmara Municipal de Pires do Rio?
(A) agir em nome da Câmara, mantendo todos os contatos de direito com o Prefeito e demais autoridades, representando-a em juízo;
(B) prorrogar as Sessões quando o requerimento seja aprovado pela maioria dos vereadores presentes;
(C) propor à Câmara projeto de resolução dispondo sobre sua organização, funcionamento, polícia, regime jurídico do pessoal, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
(D) presidir, abrir, encerrar e suspender as Sessões da Câmara, observando e fazendo observar a legislação e as determinações regimentais;

33. Sobre a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Pieres do Rio, é correto afirmar que lhe compete fiscalização da despesa pública e gestão patrimonial, sem prejuízo da atuação dos vereadores e das demais comissões, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e emitir parecer sobre todas as matérias de caráter financeiro e, especialmente, sobre:
(A) fiscalizar a execução do Plano Diretor do Município e emitir Parecer sobre os projetos que o altere;
(B) fiscalizar os serviços públicos concedidos, permitidos e autorizados, e emitir parecer sobre projetos a eles relacionados.
(C) emitir parecer sobre os processos referentes ao patrimônio ambiental do Município; ecologia, saneamento; questões fundiárias; meteorologia e climatologia; zoneamento; exploração dos recursos minerais, vegetais e hídricos; turismo; desenvolvimento sustentável; defesa civil; atividades

comerciais, industriais e agrícolas; posturas municipais; cooperativismo e outras formas de associativismo, e parcelamento do solo urbano.
(D) proposições que fixem ou alterem os vencimentos dos servidores municipais, planos de carreira, regime jurídico, bem como os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Presidente da Câmara, dos Secretários Municipais e dos Vereadores;

34. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Pires do Rio, é incorreto afirmar que:
(A) A permissão ou autorização, sempre a título precário, dependerá de lei e será outorgada pelo Prefeito Municipal ao pretendente que, dentre os que houver atendido o chamamento, tiverem proposto à prestação sob condições que melhor convenham ao interesse público.
(B) Os serviços permitidos ou autorizados independem de regulamentação e fiscalização do Poder Público Municipal, incumbindo aos que os executam mantê-los em permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.
(C) A lei disporá, dentre outras matérias previstas na Lei Orgânica, sobre o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
(D) O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, com a União ou com entidades particulares, bem assim, através de consórcio, com outros Municípios.

35. A respeito da organização legal dos servidores públicos prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pires do Rio, é correto afirmar que considera-se:
(A) Cargo em Comissão, o que se escalona em classes, para acesso privativo de seus titulares, até o da mais alta hierarquia profissional;
(B) Cargo Científico, o que exige, para seu provimento, formação profissional a nível de segundo grau completo;
(C) Cargo de Chefia, o que se destina à direção de serviços, sendo de provimento precário e privativo de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
(D) Cargo de Carreira, o que o que só admite provimento de caráter provisório, destinando-se às funções de confiança da mais alta hierarquia de cada Poder, sendo de instituição permanente, mas de desempenho precário, não adquirindo quem os exerce direito à continuidade na função;

36. Aristóteles de Lacerda Júnior, Jacy Siqueira, Edir Meirelles, José Ubirajara Galli e Iúri Rincon Godinho são personalidades de Pires do Rio ligadas
(A) ao agronegócio.
(B) ao poder eclesiástico.
(C) à criação do município.
(D) à Academia Goiana de Letras.

37. Considere a imagem.

Charge em homenagem a Bruno, Dom e todos os ativistas que foram interrompidos por defender a Natureza. Crédito: Latuff.

Disponível em: https://apremavi.org.br/luto-por-bruno-dom-e-todos-os-ativistas-interrompidos-por-defender-a-natureza/. Acesso em 26 JUNHO 2022.

Na imagem, aparecem ao lado de Bruno da Cunha Araújo Pereira e Dominic Mark Phillips, os ativistas ambientais
(A) Paulo Paulino Guajajara e Claudelice Santos.
(B) Francisco Alves Mendes Filho e Dorothy Mae Stang.
(C) Reginaldo Alves Barros e Maria da Luz Benício de Sousa.
(D) José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva.

38. Cora Coralina foi uma escritora brasileira do século XX. Poetisa e contista, seu trabalho é um dos mais relevantes da literatura nacional.
Qual o nome do poeta que é considerado um grande propulsor para a projeção nacional da obra de Cora Coralina, ao publicar em 1979 uma carta no Jornal do Brasil elogiando seu primeiro livro?
(A) Olavo Bilac
(B) Manoel Bandeira
(C) Hugo de Carvalho Ramos
(D) Carlos Drummond de Andrade

39. Em 2021, no portal casacivil.go.gov.br foi anunciado:
“Pelo segundo ano consecutivo, a antiga Vila Boa de Goiás não receberá a tradicional solenidade para sediar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no dia do aniversário do município.”
A transferência simbólica da capital de Goiás para a Cidade de Goiás teve início em 1961, no governo de
(A) Ary Valadão
(B) Iris Rezende
(C) Mauro Borges
(D) Leonino Caiado

40. Qual a função do hiperlink, no documento do Microsoft Word após salvar com a extensão PDF:
(A) possibilita o redirecionamento para uma página web.
(B) permite a mudança automática do IP da Rede.
(C) altera a formatação do texto e converte o documento em DOCX.
(D) permite selecionar o texto que será ser impresso.